



REGULAMENTO DA COMISSÃO DE CONTROLO INTERNO E AUDITORIA



ÍNDICE

Histórico de versões.....	3
Artigo 1.º.....	4
Âmbito	4
Artigo 2.º.....	4
Composição.....	4
Artigo 3.º.....	4
Competências	4
Artigo 4.º.....	5
Reuniões	5
Artigo 5.º.....	6
Agenda e Ordem de trabalhos.....	6
Artigo 6.º.....	6
Quórum e Deliberações	6
Artigo 7.º.....	6
Actas	6
Artigo 8.º.....	7
Secretário.....	7
Artigo 9.º.....	7
Articulação com o Conselho de Administração, Comissão Executiva e Conselho Fiscal	7
Artigo 10.º.....	7
Vinculação automática.....	7
Artigo 11.º.....	7
Divulgação.....	7
Artigo 12.º.....	7
Aprovação, Entrada em vigor e Alterações.....	7

**HISTÓRICO DE VERSÕES**

Versão	Data	Descrição das alterações	Aprovação
1.0	27, 28 e 29 de Julho de 2022	-	Conselho de Administração (CA)

**Artigo 1.º****Âmbito**

O presente regulamento estabelece as regras de composição e nomeação, competências e funcionamento da Comissão de Controlo Interno e Auditoria do BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A. | Sociedade Aberta (adiante designado Banco), em complemento das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, com as quais a sua interpretação se conformará.

Artigo 2.º**Composição**

1. A Comissão de Controlo Interno e Auditoria (doravante, “Comissão”) é designada pelo Conselho de Administração por um período de quatro (4) anos, coincidente com o mandato dos Órgãos Sociais.
2. A Comissão é constituída por Administradores Não Executivos e Administradores Independentes.
3. A Comissão, para além de Administradores Não Executivos e Administradores Independentes, deve integrar colaboradores com funções de gestão relevante e com conhecimentos técnicos que possam potenciar as funções que competem à Comissão.
4. Os membros da Comissão possuem, a nível colectivo, qualificação e experiência profissional específica para o exercício das respectivas funções devendo possuir, individualmente, e no âmbito das competências específicas da Comissão, conhecimentos e experiências em matérias de controlo interno e auditoria.
5. A Comissão é presidida e coordenada por um membro nomeado pelo Conselho de Administração.
6. O Presidente da Comissão deve ser primariamente responsável pelo devido funcionamento da Comissão e agir como seu porta-voz principal.
7. Os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização podem ser convidados a participar nas reuniões da Comissão ou em parte delas, em que sejam discutidos temas relacionados, directa ou indirectamente, com as competências do órgão em questão.

Artigo 3.º**Competências**

1. Compete à Comissão:
 - a. Zelar pela observância das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos e do Código de Conduta do Banco, das normas e recomendações emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas internas do Banco;
 - b. Assegurar a existência de um sistema de prestação de informação eficaz e devidamente documentado, incluindo o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras;
 - c. Supervisionar a formalização e operacionalização das políticas e práticas contabilísticas da Instituição;
 - d. Rever todas as informações de cariz financeiro para publicação ou divulgação interna;
 - e. Assegurar a independência e a eficácia da auditoria interna, aprovando o âmbito e a frequência das suas acções e supervisionando a implementação das medidas correctivas propostas;
 - f. Supervisionar a actividade e monitorar e avaliar a independência e eficácia do Auditor Externo;
 - g. Avaliar os relatórios emitidos pelo Auditor Externo; e
 - h. Supervisionar a actuação da função de *compliance*.
2. No âmbito das matérias mencionadas no número anterior, são atribuições da Comissão:
 - a. Solicitar, preferencialmente por via do Administrador Executivo superintendente do respectivo Pelouro qualquer informação que seja necessária das Direcções de Auditoria Interna e de *Compliance*, de forma a executar as suas funções;



- b. Obter consultoria profissional de entidades independentes com conhecimento das matérias ligadas à auditoria interna e ao controlo interno;
 - c. Convidar qualquer membro da Comissão Executiva ou da direcção das áreas cujos assuntos serão analisados para as reuniões da Comissão conforme e quando necessário;
 - d. Estabelecer um canal eficaz de comunicação com o Auditor Externo;
 - e. Exigir do Auditor Externo o reporte de todas as matérias relevantes para melhor fiscalização do seu desempenho.
3. A Comissão deverá instituir procedimentos internos de comunicação com a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal.
 4. A Comissão tem acesso directo a todos os demais Órgãos Sociais e Unidades de Estrutura do Banco, privilegiando sempre o alinhamento prévio com o respectivo Administrador Executivo superintendente do Pelouro, podendo requerer e obter directamente destes, toda a informação ou documentos necessários ao cabal exercício das suas competências, sem necessidade de qualquer tipo de intervenção de outro Órgão Social.
 5. A Comissão deve ser informada de todas as acções inspectivas do Banco Nacional de Angola, da Comissão de Mercado de Capitais ou de outras entidades de supervisão, realizadas ao Banco ou instituições financeiras do Grupo, e deve conhecer as conclusões das inspecções efectuadas e os relatórios emitidos.
 6. As competências atribuídas à Comissão, abrangem, dentro dos limites estabelecidos, não só o Banco, como também, sem qualquer limitação, todas as sociedades financeiras que, a qualquer momento, estejam em relação de domínio ou de grupo com o Banco.

Artigo 4.º **Reuniões**

1. A Comissão reúne, bimestralmente, de acordo com o calendário a estabelecer, ou extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por dois (2) membros efectivos.
2. A Comissão reúne extraordinariamente por iniciativa do seu Presidente ou por solicitação de qualquer um (1) dos seus membros, que devem propor data e agenda para o efeito.
3. A convocatória para as reuniões extraordinárias da Comissão deve ser distribuída aos respectivos membros com a antecedência mínima de sete (7) dias sobre a data definida para o efeito.
4. As reuniões decorrerão, preferencialmente, em modo presencial na sede social do Banco e, excepcionalmente, por meios telemáticos designado previamente a cada reunião pelo Presidente da Comissão.
5. Para as reuniões realizadas com recurso a meios telemáticos deve assegurar-se a autenticidade das declarações, a segurança e a confidencialidade das comunicações, procedendo-se ao registo, em acta, do seu conteúdo e respectivas intervenções.
6. A Comissão pode, em caso de urgência, reunir sem observância de formalidade prévia, desde que os seus membros manifestem a vontade de reunir e deliberar sobre determinado assunto.
7. Podem ser convidados a intervir nas reuniões membros dos Órgãos Sociais, titulares de funções ou de cargos de gestão relevantes, e os demais colaboradores, bem como consultores e peritos contabilistas/auditores externos, sempre que tal se afigure conveniente à condução dos trabalhos.

Artigo 5.º

Agenda e Ordem de trabalhos

1. A agenda é aprovada pelo Presidente e distribuída aos demais membros em simultâneo com a convocação e os documentos de suporte.
2. Cabe ao Presidente admitir ou não os novos pontos, comunicando-o no início da reunião.
3. A ordem de trabalhos é proposta pelo Presidente da Comissão.

Artigo 6.º

Quórum e Deliberações

1. A Comissão está validamente constituída e em condições de apreciar e ou deliberar quando estiver presente ou representada a maioria dos seus membros.
2. As deliberações da Comissão são tomadas por maioria de votos expressos, devendo os membros que com elas não concordam fazer inserir na acta os motivos da sua discordância.
3. O Presidente da Comissão tem voto de qualidade, no caso de empate das votações.
4. Os membros da Comissão não podem votar, nem participar, em reuniões sobre matérias em relação às quais se devam considerar, por qualquer motivo, impedidos, nos termos legais, regulamentares, estatutários ou normativos internos aplicáveis.
5. Sempre que um membro da Comissão se considere impedido de votar e, ou, participar na reunião, deve informar imediatamente os restantes membros, devendo esse facto ficar registado e fundamentado na acta da respectiva reunião.
6. Os restantes membros da Comissão não impedidos de participar nas reuniões, devem apreciar e decidir de imediato o impedimento invocado, à luz das disposições legais, regulamentares, estatutárias ou normativas aplicáveis, confirmando ou infirmando esse impedimento.
7. A decisão referida no número anterior e respectivos fundamentos devem constar da acta.
8. Caso não seja possível proceder à apreciação imediata, nos termos do número anterior, a deliberação sobre a matéria em causa deve ser relegada para a reunião seguinte, devendo o impedimento invocado ser apreciado e decidido antes daquela deliberação.
9. A apreciação e a decisão sobre o impedimento invocado devem constar da acta da reunião em que a deliberação sobre a matéria em causa for tomada.
10. O membro da Comissão em situação de impedimento não será considerado para efeitos de apuramento do quórum deliberativo.

Artigo 7.º

Actas

1. A Comissão, após a realização de cada reunião, lavra uma acta, que deve ser transcrita para o livro de actas da Comissão, a qual deve ser aprovada e assinada por todos os que na reunião tenham participado.
2. O encarregado pela elaboração da acta, deve fazer menção aos membros presentes na reunião, bem como reflectir, de forma sucinta e objectiva, as deliberações tomadas, garantindo a enunciação da respectiva fundamentação e, se requerido, o sentido das declarações de voto.
3. Todos os projectos de acta, bem como um resumo dos assuntos tratados e das deliberações tomadas, devem circular para aprovação dos membros presentes na reunião.
4. Deve ser assegurado o adequado arquivamento das actas e dos documentos de suporte às reuniões.



Artigo 8.º
Secretário

A Comissão é secretariada por um Encarregado, a designar em cada reunião.

Artigo 9.º

Articulação com o Conselho de Administração, Comissão Executiva e Conselho Fiscal

1. A articulação entre a Comissão de Controlo Interno e Auditoria, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, e o Conselho Fiscal deve ser assegurada pelo Presidente da Comissão de Controlo Interno e Auditoria e pelos Presidentes de cada um dos Órgãos Sociais em causa.
2. A Comissão deve reportar ao Conselho de Administração, em especial:
 - a. Regularmente, sobre as actividades da Comissão, assuntos e respectivas recomendações;
 - b. Anualmente, a composição da Comissão, responsabilidades e como estas foram exercidas e quaisquer outras informações requeridas por normas e regulamentos aplicáveis.

Artigo 10.º
Vinculação Automática

Qualquer membro da Comissão que venha a ser eleito ou designado obriga-se a cumprir na íntegra o presente Regulamento durante todo o seu mandato.

Artigo 11.º
Divulgação

O presente Regulamento é objecto de divulgação através do sítio da *Internet* e *Intranet* do Banco.

Artigo 12.º
Aprovação, Entrada em vigor e Alterações

1. O presente Regulamento foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, em reunião de 27, 28 e 29 de Julho de 2022, entrando em vigor na data da sua aprovação e podendo ser alterado por deliberação deste órgão.
2. O presente Regulamento é revisto anualmente pelo Conselho de Administração, sempre que se justifique, em função das eventuais alterações legislativas ou de outros desenvolvimentos relevantes.